

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS CENTRAL SINDICAL E POPULAR REALIZADA EM SÃO PAULO/SP NOS DIAS 03, 04 E 05 DE MAIO DE 2019.

A reunião contou com 184 participantes credenciados, sendo 71 representantes com direito a voto e 113 observadores. Estavam representadas 79 entidades, entre sindicatos e federações, minorias de entidades e oposições, movimentos populares urbanos e do campo, juventude e movimentos de luta contra as opressões.

Relação das Entidades participantes da reunião:

ANDES-SN- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SINASEFE, FENAMP-FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS, FSDMMG-FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS DE MINAS GERAIS, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, STIA-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SINDICATO DOS QUÍMICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO, SIMPERE-SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO DA REDE OFICIAL DO RECIFE/PE, SINDEESS-SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BH E REGIÃO/MG, SINDREDE/BH, SINDSEF-SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINTRAJUD-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, MINORIA SINTSEP/PA-SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO PARÁ, SINDSAÚDE/RN, SINDISPREV/RS, ADMAP-ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO VALE DO PARAÍBA E REGIÃO/SP, OPOSIÇÃO ASSIBGE, OPOSIÇÃO SINPRO/DF, OPOSIÇÃO CPERS, OPOSIÇÃO SINTECT/SP, OPOSIÇÃO SERVIDORES MUNICIPAIS DE GUARULHOS, MINORIA SEPE/RJ, MINORIA SINPEEM/SP, MINORIA SINAL/SP, OPOSIÇÃO SINDMOTORISTAS/SP, OPOSIÇÃO SINDUTE/MG, OPOSIÇÃO LUTA EDUCADOR-SINTEPP/PA, OPOSIÇÃO SINTECT/RJ, OPOSIÇÃO COLETIVO TAES DE LUTA/ES, OPOSIÇÃO COMANDO BASE CAPITAL/SP, ATEM-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, SINTECT/SC, OPOSIÇÃO MUDA SINTEPS/SP, MML-MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, MOVIMENTO NACIONAL QUILOMBO RAÇA E CLASSE, MOVIMENTO LUTA POPULAR, MOVIMENTO QUILOMBO BRASIL, ANEL-ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ESTUDANTES-LIVRE, SINTUR- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ, SINTEST/RN, OPOSIÇÃO MNOB/SP, OPOSIÇÃO MNOB/RJ, MINORIA APEOESP, MINORIA SINDSCOPE-SINDICATO DOS SERVIDORES DO COLÉGIO PEDRO II/RJ, OPOSIÇÃO SINTE/SC, MINORIA METROVIÁRIOS/SP, SINDCEFET/MG, TECELÕES DE PIRAPORA/MG, ADUFMAT, STICMBA/PA, ADUFPA, SEEB/RN, SINTUFF/RJ, SEDUFSM/RS, SINDICAIXA/RS, SINDIMETRO/RS, ASPROFURG/RS, SINDICAGESE/SE, ADUFS/SE, SEEB/BAURU, SINTUFABC/SP, SINTUFSCAR/SP, OPOSIÇÃO DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE NOVA IGUAÇÚ-SINDEACONI/RJ, OPOSIÇÃO SINTAEMA/SP

1. Seminário Reforma da Previdência

A companheira Ana Cristina, da equipe de comunicação da central, antes da abertura do seminário apresentou o trabalho desenvolvido até agora pela Campanha contra a Reforma da Previdência, apresentou o site especial da Reforma da Previdência, incluindo um vídeo. A mesa de debates do Seminário Reforma da Previdência contou com a participação de dois convidados: a advogada Júlia Lenzi, doutoranda em Direito Previdenciário na USP, e o professor José Miguel Bendrão Saldanha, da Escola Politécnica da UFRJ e pesquisador sobre a Previdência Social, especialmente os regimes de financiamento. As exposições dos palestrantes apresentaram um quadro das conseqüências da reforma no marco de um ataque ao conjunto da classe. Após a exposição inicial foi aberto para falas dos presentes finalizando com uma última fala para cada palestrante. Não houve deliberação específica sobre o tema.

2. 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas

Em nome da Comissão Organizadora do Congresso, a companheira Renata França e o companheiro Paulo Barela apresentaram as propostas de regimento e a resolução de finanças. Após as falas do plenário, foram aprovadas no domingo, por unanimidade o Critério de Eleição de delegados e o Regimento do Congresso, ad referendum do próprio Congresso na sua instalação, e a Resolução de Finanças, conforme textos abaixo:

REGIMENTO INTERNO DO 4º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS – CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Capítulo I – da Convocação, objetivos, organização, local, data e participantes:

Art. 1º – O 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular foi convocado por resolução da Coordenação Nacional da Central, em reunião realizada nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2018, na cidade de São Paulo, nos termos do Estatuto da entidade.

Art. 2º – O 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular tem como objetivos discutir e deliberar acerca da situação política nacional e internacional; discutir o balanço político das iniciativas da central e deliberar sobre o plano de ação para o próximo período; discutir sobre o processo de reorganização e o caráter sindical, popular e classista, e por fim estatuto e direção.

Parágrafo primeiro: Como referência, para esse e os demais congressos da Central, trataremos esse como o oitavo congresso do processo mais recente de reorganização da classe trabalhadora brasileira, tendo como referência o Conat – Congresso Nacional de Trabalhadores, realizado em 2006.

Parágrafo segundo: A Coordenação Nacional realizada nos dias 03 a 05 de maio de 2019 orienta às seções estaduais da Central que realizem atividades de abertura das etapas estaduais do Congresso, seja com a realização de debates públicos ou coordenações estaduais, buscando ampliar em cada estado ou região a participação dos trabalhadores, entidades e movimentos sociais interessados em estabelecer relações com a Central.

Art. 3º – A organização do 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular está a cargo da Secretaria Executiva Nacional da entidade, que poderá constituir comissão específica para a tarefa, bem como outras tantas comissões que se fizerem necessárias para auxiliá-la nesta tarefa.

Art. 4º – O 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular será realizado entre os dias 15 a 18 de agosto de 2019, na sede do Clube Juventus, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo.

Art. 5º – São participantes do 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular:

– Os (as) delegados (as) de entidades sindicais, oposições e minorias de entidades sindicais, associações de caráter classista, movimentos populares urbanos e rurais, entidades do movimento estudantil e de luta contra as opressões, todos (as) eleitos em conformidade com as regras definidas no ANEXO deste Regimento, com direito a voz e voto.

– Convidados da SEN e da Comissão organizadora do Congresso, que terão direito a voz e sem direito a voto.

– Observadores, com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 6º – A inscrição e credenciamento dos delegados, observadores e convidados será feita mediante atendimento dos requisitos definidos por esse Regimento, pela Comissão organizadora do 4º Congresso, ad. referendado da SEN e pagamento da taxa correspondente.

Capítulo II – Do Temário:

Art. 7º – O temário do 4º Congresso da CSP Conlutas – Central Sindical e Popular será o seguinte: a) Conjuntura Nacional e Internacional; b) Balanço político e plano de ação; c) O processo de reorganização e o caráter sindical, popular e classista; d) Estatuto; e) Direção.

Capítulo III – Dos órgãos do 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular e do processo de votação:

Art. 8º – São órgãos do 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular: a SEN, a Comissão organizadora do congresso e suas comissões, os Grupos de Trabalho e as Plenárias Gerais deliberativas.

Art. 9º – Caberá à Comissão organizadora do 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular orientar a condução dos trabalhos do Congresso, assegurando as condições básicas de infraestrutura e organização para o bom andamento dos debates.

Art. 10º – Os Grupos de Trabalho são órgãos de discussão e deliberação (em seu âmbito). Serão compostos por delegados (as), convidados e observadores, conforme distribuição aleatória estabelecida no momento do credenciamento, e debaterão os temas definidos na pauta e na dinâmica de discussões do 4º Congresso da Central Sindical e Popular – Conlutas.

Parágrafo primeiro – nos Grupos de Trabalho as votações serão feitas por levantamento de crachás dos delegados e delegadas.

Parágrafo segundo – Na constituição dos grupos de trabalho a comissão organizadora do 4º congresso procurará fazer grupos que não ultrapassem 5% do número total (delegados e observadores) de participantes inscritos no congresso.

Art. 11 – A(s) Plenária(s) Geral (is) do 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular é (são) sua instância máxima de decisão. Serão compostas por todos os participantes credenciados ao Congresso, nos termos do art. 5.º. Debaterão e decidirão soberanamente sobre todas as questões relativas ao temário do Congresso.

Parágrafo primeiro – A Plenária Geral será dirigida por uma Mesa Diretora dos Trabalhos a quem caberá coordenar os trabalhos, propondo os encaminhamentos e a ordem dos trabalhos, que serão decididos pelos (as) delegados (as) reunidos. A composição de cada Mesa será proposta pela Comissão de organização do 4º congresso e ratificada pela Plenária.

Parágrafo segundo – Para que possa ser instalada e deliberar sobre os temas em discussão, a Plenária Geral do Congresso deverá contar com a presença de mais da metade dos (as) delegados (as) credenciados (as).

Art. 12 – As deliberações na Plenária Geral serão feitas por levantamento de crachás dos (as) delegados (as). A aferição da proposta vencedora será feita pela Mesa, por contraste e, quando houver dúvida, através de contagem individual dos votos de cada proposta. Cada delegado tem direito a apenas 1 (um) voto. Não será admitido o voto por procuração.

Art. 13 – Na Plenária Geral a votação de cada proposta será precedida de uma intervenção favorável e outra contrária à proposta que estiver colocada para deliberação, ou uma defesa de cada proposta apresentada para o tema, de duração máxima de 4 minutos cada uma. Poderá haver mais uma intervenção dependendo da importância do tema em questão, por decisão da Plenária.

Parágrafo único: Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem a maioria simples dos votos.

Capítulo IV – Da organização dos debates:

Art. 14 – Os debates nos Grupos de Trabalho, durante o 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular, serão feitos tendo como base as propostas de resoluções apresentadas para o debate, que serão agrupados num caderno que será distribuído a todos (as) os (as) participantes.

Art. 15 – Cada grupo deverá eleger um(a) coordenador(a), um(a) secretário(a) e um(a) relator(a).

Parágrafo primeiro: Caberá ao Relator(a) sistematizar as discussões do seu grupo, bem como o preenchimento do formulário do relatório previamente elaborado pela Comissão organizadora do 4º congresso e entregá-lo à Comissão de Sistematização no mesmo dia.

Parágrafo segundo: Deverão constar do Relatório todas as propostas que obtiverem pelo menos 10% dos votos dos delegados presentes no grupo.

Art. 16 – A Coordenação do 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular constituirá uma Comissão de Sistematização e Relatoria, a quem caberá à tarefa de, a partir dos relatórios de cada Grupo de Trabalho, fazer uma sistematização das propostas que irão a debate na Plenária Geral do Congresso.

Capítulo V – Da dinâmica do Congresso

Art. 17 – Os trabalhos do 4º Congresso da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular desenvolver-se-ão de acordo com a programação a ser proposta pela Comissão Organizadora à SEN (Secretaria Executiva Nacional), em base a definição de todo o temário na Reunião da Coordenação Nacional de 03 a 05 de maio de 2019.

Anexo:

Critérios para a escolha dos (as) delegados (as) ao 4º Congresso da CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular

Critérios gerais:

- Têm direito a eleger delegados (as) ao 4º Congresso da CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular as entidades filiadas em dia com a tesouraria da entidade e/ou cumpram com a Resolução de Finanças aprovada na Reunião da Coordenação Nacional de 03 a 05 de maio de 2019.
- O prazo limite para filiação à Central e para estar quites com a tesouraria da entidade é até a data anterior à assembleia de eleição dos representantes.
- Todas as delegações devem ser eleitas em assembleias unitárias da categoria ou movimento. Em se tratando de federações sindicais estaduais e nacionais e confederações sindicais nacionais poderão ser eleitas na diretoria da entidade.
- Delegações de sindicatos de base estadual ou interestadual poderão ser eleitas em assembleias realizadas em regiões/cidades diferentes. Nestes casos, uma mesma comunicação deve ser feita à Coordenação do Congresso, com a data, horário e locais de todas as assembleias que serão realizadas, bem como quantos (as) delegados (as) elegerá cada uma delas (e o quórum de cada uma).

- Se a forma de eleição da delegação for por assembleias regionais ou de subseções, deverá ter autorização expressa da Comissão Organizadora do Congresso.
- Da mesma forma poderão proceder às entidades sindicais nacionais. Devem definir se elegem sua delegação em assembleia única ou através de seus núcleos ou seções sindicais. E deverão também, em uma mesma comunicação à Comissão Organizadora do Congresso, comunicar as datas das assembleias, quantos (as) delegados (as) poderão eleger e o respectivo quórum de cada uma delas.
- A realização de todas as assembleias deve ser comunicada à Comissão Organizadora do Congresso com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, devendo ter ampla divulgação na base.
- O calendário das assembleias será divulgado na internet, com acesso a todos os (as) interessados (as).
- A inscrição da delegação e o pagamento das taxas deverão ser feitos em no máximo 5 (cinco) dias após a realização da assembleia, respeitado o prazo final de 09/08/2019.
- Nesse mesmo prazo de 5 (cinco) dias, a entidade ou movimento participante do Congresso deverá enviar os originais da ata e lista de presença da assembleia que escolheu os delegados, contra-recibo da Coordenação, ou para representante por ela indicado nos estados.
- Será aplicado, como critério obrigatório, a proporcionalidade direta na escolha das delegações em assembleia em todos os lugares onde houver disputa, devendo ser garantido tempo de defesa de cada chapa que se propuser a compor a delegação.
- Na escolha das delegações orientamos a todas as entidades que façam esforços para garantir nas suas delegações a representação de gênero, cuja quantidade de mulheres reflita a expressão da presença delas em cada categoria, setor ou movimento, bem como observem a presença de demais setores oprimidos, como negras e negros e LGBTs.
- As situações não previstas neste Regimento devem ser encaminhadas à Comissão Organizadora do Congresso na forma de recurso. Caberá à Comissão decidir sobre estas situações.

Quórum:

- Para todas as assembleias deverá ser observado o quórum de presença, correspondente a 5 vezes o número de delegados a que a entidade tem direito.
- No caso de movimentos populares, o quórum e a presença nas assembleias se contam por número de famílias.
- Caso a assembleia não atinja o quórum, ainda assim poderá eleger delegados, proporcionalmente ao número de presentes na assembleia.

Suplentes:

- Cada entidade ou movimento que eleger delegados (as) ao Congresso elegerá também suplentes em número correspondente a até o mesmo número de delegados (as) a que tem direito. Estes suplentes serão inscritos, juntamente com os delegados, para poderem substituí-los caso seja necessário. A substituição de delegados por seus suplentes se dará no processo de inscrição das delegações.

Crítérios de representação por segmento:

Sindicatos elegerão delegados (as) da seguinte forma:

- Entidades com até mil trabalhadores na base – 2 delegados
- Entidades com 1001 a 2 mil trabalhadores na base – 1 delegado para cada 500 trabalhadores na base, e fração igual ou superior a 251.
- Entidades com mais de 2 mil trabalhadores na base – 2 delegados mais 1 para cada mil trabalhadores na base, e fração igual ou superior a 501

Tabela com exemplos:

- Sindicato com até 1250 trabalhadores na base – 2 delegados;
- Sindicato com 1251 até 1750 trabalhadores na base – 3 delegados;
- Sindicato com 1751 até 2500 trabalhadores na base – 4 delegados;
- Sindicato com 2501 até 3500 trabalhadores na base – 5 delegados;
- Sindicato com 3501 até 4500 trabalhadores na base – 6 delegados;
- Sindicato com 4501 até 5500 trabalhadores na base – 7 delegados;

- Sindicato com 5501 até 6500 trabalhadores na base – 8 delegados;
- Sindicato com 6501 até 7500 trabalhadores na base – 9 delegados;
- Sindicato com 7501 até 8500 trabalhadores na base – 10 delegados;
- Sindicato com 8501 até 9500 trabalhadores na base – 11 delegados;
- Sindicato com 9501 até 10500 trabalhadores na base – 12 delegados

E assim por diante...

Oposições Sindicais:

- As oposições sindicais que atuam em entidades não filiadas à Central e que já disputaram a eleição da diretoria da entidade poderão convocar assembleias para eleger delegados.
- As exceções a esta regra (eleições fraudadas, etc.) devem ser encaminhadas à Comissão Organizadora do Congresso, se possível já com uma proposta de solução da parte interessada ou do estado.

Oposições Sindicais que já concorreram à eleição:

- Oposições com base de representação até mil trabalhadores: 2 delegados.
- Oposições com base de representação entre 1001 e 2 mil trabalhadores: 1 delegado para cada 500 trabalhadores em sua base de representação, e fração igual ou superior 251.
- Oposições com base de representação com mais de 2 mil trabalhadores: 2 delegados mais 1 para cada mil trabalhadores em sua base de representação, e fração igual ou superior 501.

A base de representação das oposições será definida pelo percentual de votos que teve nas eleições, aplicado sobre o número total de trabalhadores (as) existentes na categoria. Por exemplo: uma oposição que teve 30% dos votos em uma categoria que tem 20 mil trabalhadores terá direito a eleger delegados sobre uma base de 6 mil trabalhadores.

Todos (as) os (as) delegados (as) das Oposições também deverão ser eleitos em assembleia.

Onde houver mais de uma oposição organizada em uma mesma categoria, estas deverão organizar um único processo de eleição de delegados (as), pois a representação para o Congresso é da categoria.

Em nenhuma hipótese, esse percentual poderá ultrapassar 50% da representação de base da entidade.

No caso de oposições que disputaram a eleição em uma ou mais chapas, em composição dos (as) ativistas da CSP-Conlutas com outros setores que não pertencem à Central, não sendo, portanto, possível aferir o percentual alcançado pelo setor ou setores da CSP-Conlutas, a definição do percentual e da representação ao Congresso deverão ser estabelecidas em comum acordo pelas secretarias executivas estaduais e a nacional da Central.

Em nenhuma hipótese, esse percentual poderá ultrapassar 50% da representação de base da entidade.

Quando se tratar de oposição em entidade estadual ou regional, se aplicará o mesmo procedimento definido acima para as entidades estaduais e regionais, para definição e informação da(s) assembleia(s) que elegerá (ão) os/as delegados/as.

Oposições que ainda não concorreram à eleição:

É necessário que a oposição sindical seja reconhecida por duas instâncias da Central, obrigatoriamente a Secretaria Estadual da Central e a Secretaria Executiva Nacional, cabendo recurso, em qualquer situação, ao plenário do Congresso. A representação desses grupos ou oposições sindicais será de dois (duas) delegados (as).

Grupos de base:

É necessário que o agrupamento seja reconhecido por duas instâncias da Central, obrigatoriamente a Secretaria Estadual da Central e a Secretaria Executiva Nacional, cabendo recurso, em qualquer situação, ao plenário do Congresso. A representação desses grupos de base será de um (a) delegado (a).

Minorias de Diretoria:

As minorias de diretoria de entidades sindicais não filiadas à Central poderão convocar assembleia e eleger delegados (as) de acordo com a proporção da sua representação na categoria.

Aplica-se esse critério no caso de diretorias eleitas em eleições com proporcionalidade, fruto de composição ou de dissidência dentro da direção de uma entidade.

Quando se tratar de minoria em entidade estadual ou regional, se aplicará o mesmo procedimento definido acima para as entidades estaduais e regionais, para definição e informação da(s), assembleia(s) que elegerá (ão) os (as) delegados (as).

As minorias de diretoria elegerão delegados (as) da seguinte forma:

- Minorias com base de representação até mil trabalhadores – 2 delegados
- Minorias com base de representação entre 1001 e 2 mil trabalhadores – 1 delegado para cada 500 trabalhadores na sua base de representação, e fração igual ou superior a 251.
- Minorias com base de representação com mais de 2 mil trabalhadores – 2 delegados mais 1 para cada 1 mil trabalhadores em sua base de representação, e fração igual ou superior a 501

A base de representação da minoria será definida pelo percentual de seu peso dentro da diretoria, ou, quando se tratar de eleição com proporcionalidade, pelo percentual de votos que teve nas eleições. Exemplo: se a minoria representa 30% da diretoria, ou teve 30% dos votos em uma categoria que tem 10 mil trabalhadores na base, terá direito a eleger delegados correspondentes a uma base de 3 mil trabalhadores (30% dos 10 mil).

Onde houver uma minoria de direção e uma oposição, na mesma entidade, que participarão do Congresso, também deverá ser organizado um único processo de eleição dos delegados, somando-se a base de representação dos dois segmentos para efeito da definição de quantos (as) delegados (as) poderão ser eleitos (as).

Em nenhuma hipótese, esse percentual poderá ultrapassar 50% da representação de base da entidade.

Entidades Nacionais/Federações Estaduais:

Enviarão 3 delegados (as) eleitos nas instâncias de decisão da entidade. As minorias de direção das entidades nacionais e federações estaduais terão direito a eleger 1 delegado(a), que deverá ser escolhido (a) em reunião convocada para este fim.

Movimentos populares urbanos

- Cada ocupação ou acampamento terá direito a eleger um (a) delegado (a) para cada 50 famílias na base, e fração igual ou superior a 26, respeitando-se o mínimo de 2 delegados(as). Nas atas destas assembleias devem constar além das informações pessoais e assinatura do votante o número ou identificação da moradia, na medida em que a votação é por família.
- Para eleger todos os (as) delegados (as) a que tem direito é preciso observar o quórum de presença na assembleia, que será de 5 vezes o número de delegados(as) a que a ocupação ou o acampamento tem direito. Caso não se atinja o quórum, a assembleia poderá eleger delegados (as) proporcionalmente ao número de presentes.
- Cada assentamento ou núcleo comunitário terá direito a eleger um delegado para cada 25 famílias presentes na assembleia, e fração igual ou superior a 13, respeitando-se o mínimo de 2 delegados(as). Nas atas destas assembleias devem constar além das informações pessoais e assinatura do votante o número ou identificação da moradia, na medida em que a votação é por família.
- O voto, nos dois casos acima, será por família, devendo o quórum ser contado da mesma forma.

Movimentos populares do campo

- Cada acampamento, ocupação ou assentamento terá direito a eleger um (a) delegado (a) para cada 50 famílias na base, e fração de 26, respeitando-se o mínimo de 2 delegados(as). Nas atas destas assembleias devem constar além das informações pessoais e assinatura do votante o número ou identificação da moradia, na medida em que a votação é por família.
- Para eleger todos (as) os (as) delegados (as) a que tem direito é preciso observar o quórum de presença na assembleia, que será de 5 vezes o número de delegados (as) a que o acampamento, ocupação ou assentamento tem direito. Caso não se atinja o quórum, que também será contado por famílias, a assembleia poderá eleger delegado (a) proporcionalmente ao número de presentes.

Os movimentos populares sem base de representação definida

É necessário que o movimento seja reconhecido pela Secretaria Executiva Nacional, cabendo recurso, em qualquer situação, ao plenário do Congresso. A representação desse movimento será de um (a) delegado (a).

Delegados (as) das organizações estudantis e movimentos de luta contra a opressão

Elegerão delegados (as) limitados a 5% do total de delegados (as) credenciados (as) pelas entidades e movimentos sindicais e populares. A escolha deverá ser realizada logo após o período das assembleias dos movimentos sindical e popular, de 25 de julho a 7 de agosto de 2019.

Contribuições e propostas de resoluções

As entidades filiadas (aqui entendidos também os movimentos, oposições e minorias sindicais) poderão apresentar propostas de resoluções e contribuições ao Congresso, nas seguintes condições:

4 páginas por tema que quiserem submeter aos delegados, com as seguintes características: Tamanho A4, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, sem parágrafos.

- Também poderão apresentar as suas contribuições e propostas de resoluções grupos de no mínimo 20 ativistas de base de uma ou mais entidades filiadas à Central, nas seguintes condições: reconhecimento do agrupamento pela Secretaria Executiva Estadual, no caso de serem todos e todas do mesmo estado; ou pela Secretaria Executiva Nacional, ouvidas as instâncias estaduais, se forem de mais de um estado da Federação.

Valores das taxas

As taxas cobrirão as despesas de almoço dos (as) participantes durante todos os dias do Congresso. Mas não incluem as despesas de deslocamento até o Congresso, hospedagem, café da manhã e jantar, que serão de responsabilidade das próprias entidades.

Será disponibilizado alojamento e alimentação completa aos delegados (as) dos movimentos populares, sindicatos de trabalhadores rurais, movimento estudantil e de luta contra a opressão, conforme resolução da reunião da Coordenação Nacional de 23 a 25 de novembro de 2018. A Comissão Organizadora do Congresso avaliará a possibilidade de ceder vagas excedentes do alojamento coletivo e alimentação aos demais setores, mediante recurso de solicitação com justificativa.

Setor	Taxa
Entidades sindicais urbanas	R\$ 580,00
Minorias de entidades sindicais urbanas	R\$ 400,00
Oposições sindicais	R\$ 295,00
Sindicatos de trabalhadores rurais	R\$ 145,00
Movimentos populares	R\$ 145,00
Movimentos estudantis e de luta contra a opressão	R\$ 145,00

Cronograma

- 13 de maio – Data inicial para recebimento da inscrição das contribuições e propostas de resoluções
- 27 de maio – Abertura do processo congressual com publicação das contribuições e propostas de resoluções em meio eletrônico e abertura do cadastro para inscrição das entidades
- 03 de junho a 23 de julho – período de realização das assembleias das entidades sindicais e movimentos populares (comunicação à Secretaria com pelo menos cinco dias de antecedência)
- 15 de julho – data final para recebimento das contribuições e propostas de resoluções
- 24 de julho – data limite para inscrição dos participantes das entidades sindicais e movimentos populares e pagamento das taxas desses setores
- 25 de julho a 07 de agosto - eleição dos representantes dos movimentos de luta contra a opressão e juventude (5% conforme o Estatuto)
- 09 de agosto – data limite para inscrição e pagamento das taxas dos movimentos de luta contra a opressão e juventude
- 15 a 18 de agosto de 2019 – Congresso Nacional

Como parte do ordenamento do congresso devem ser observadas as seguintes orientações:

- ✓ Será formada uma Comissão de Sistematização e Relatoria que começará os seus trabalhos antes do Congresso, sendo responsável, junto com a SEN, pela elaboração do Caderno com as propostas de resoluções a serem discutidas nos grupos. A Comissão será formada de maneira ampla, aberta aos interessados, ATÉ O MOMENTO DE SUA INSTALAÇÃO. Não tem o caráter de órgão de direção do Congresso, cuja responsabilidade é da SEN.
- ✓ Os grupos de trabalho obedecerão criteriosamente a programação do 4º congresso para que as sistematizações das propostas que irão à votação no plenário, possam ser feitas com o tempo suficiente.

- ✓ Todas as entidades devem comprovar estar em dia com suas contribuições financeiras e estatutárias e/ou plena obediência das regras estabelecidas em "Acordos de Regularização Financeira" para devida efetivação do credenciamento de sua delegação.
- ✓ Este Regimento será votado pelo plenário do Congresso, o que inclui essa dinâmica inicialmente proposta. A SEN está autorizada a fazer modificações, de acordo à realidade do Congresso e submetê-las ao plenário.

Resolução sobre finanças

A CSP-CONLUTAS tem se consolidado como uma central alternativa, combativa, independente e classista para milhares de trabalhadores e trabalhadoras em nosso país. Por certo é uma organização ainda pequena frente às grandes organizações dirigidas pela burocracia, contudo, ainda que minoritária, tem uma expressão de massas importante no cenário nacional.

Independentemente de seu tamanho, a CSP-CONLUTAS ascende não só o respeito da classe, mas também das direções e demais centrais, cumprindo com papel de destaque nas principais decisões em torno dos principais processos da luta de classes que se realizaram nos últimos anos. Registre-se a firmeza como se apresentou sobre a necessidade da greve geral e o Ocupa Brasília em 2017. A persistência na defesa da unidade da classe, que possibilitou neste ano a realização de vários processos unitários, como a Planária Nacional da Classe Trabalhadora no dia 20 de fevereiro, o 8M – Dia Internacional da Mulher trabalhadora, o 14M por Marielli, 22M e agora o 1º de maio unificado com as demais Centrais Sindicais.

Nesta esteira, não apresenta qualquer vacilo na defesa do chamado a uma nova greve geral para derrotar a reforma da previdência de Bolsonaro, assim como não vacila em cobrar uma postura mais combativa das cúpulas das direções, denunciando seu caráter conciliador, mas apostando na frente única para lutar.

O histórico de combate e importância da CSP-CONLUTAS no cenário da luta de classes no Brasil não cabe em um texto como esse, mas o registro acima é determinante para os objetivos da resolução que ora queremos aprovar.

Os desafios da Central sempre foram muito maiores que sua capacidade organizativa e financeira, contudo, isso nunca foi impeditivo para construir ações de luta, mobilizações, protestos, greves e, sobretudo, a solidariedade e apoio aos movimentos sindical, estudantil e popular, seja no campo ou na cidade. Por isso, ainda que não com a velocidade necessária, a Central cresce e se consolida, especialmente nos setores mais pauperizados da classe, ou seja, entre os operários e os movimentos populares.

Contudo, a crise econômica, o intenso debate ideológico da burguesia contra os sindicatos – agora mais forte com Bolsonaro no poder – e as medidas de asfixia financeira que têm sido aplicadas pelos governos, como a reforma trabalhista e a MP-873, por exemplo, produzem e potencializam as já existentes dificuldades organizativas dos sindicatos e organizações representativas da classe trabalhadora. A redução do nível de emprego, a queda no poder de compra dos salários e a miséria que o sistema capitalista impõe aos trabalhadores também são elementos que aprofundam a crise financeira das entidades.

Embora a CSP-CONLUTAS siga propondo e organizando as lutas, na base há um nível de inadimplência que se pode considerar dramático. Organizações importantes pararam de pagar suas mensalidades ou anuidades por imposição do cenário descrito acima, ainda que outras razões também possam existir. Considerando um grau de endividamento acima de seis meses, os dados abaixo expõem a dura realidade que vive boa parte das organizações de base da Central:

Sindicatos do setor operário: 27 entidades;

Sindicatos do setor público: 72 entidades;

Sindicatos do setor de serviços: 21 entidades.

Observação: os dados aqui apresentados são genéricos, mas representam um extrato da situação da maioria desses sindicatos, ainda que precisões sejam necessárias, haja vista que a ampla maioria das estaduais da CSP-CONLUTAS não respondeu ao pedido de atualização cadastral solicitado pela Comissão de Administração e Finanças da Secretaria Executiva Nacional.

Apesar do acúmulo de inadimplência, essas entidades seguem a política da Central e desenvolvem seus projetos, ainda que potencialmente debilitados e enfraquecidos no terreno financeiro. Não há crise política com o projeto estratégico de central sindical, popular e estudantil, mas um divórcio do elemento material por profunda

incapacidade financeira. Evidente que isso respinga também na saúde financeira da Central, ou seja, na medida em que boa parte dessas entidades ou organizações já não tem como quitar suas grandes dívidas, a CSP-CONLUTAS também não arrecada sequer o valor correspondente à mensalidade regular das mesmas, uma vez que para auferir o direito político pleno há que estar em dia com as obrigações financeiras.

Ocorre que uma gama importante de sindicatos e organizações já não tem como pagar suas dívidas históricas e, portanto, permanecendo o critério atual, jamais se reabilitarão para se exercerem seus direitos como agentes políticos ativos na Central. O prejuízo evidente é financeiro, dado que ainda endividadas, mas em condições de pagar a mensalidade regular da central, essas entidades, se reabilitadas, podem produzir um incremento significativo nas finanças. Mas não somente! O prejuízo é também político, na medida em que deixam de aportar, elaborar e viver o cotidiano da organização.

Frente a essa situação e ciente de que uma revolução precisa ser feita no terreno financeiro, com reflexos na produção política da CSP-CONLUTAS, a reunião da Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS, realizada em São Paulo nos dias 03, 04 e 05 de maio, resolve:

- Considerar todas as entidades devedoras até a data dessa resolução reabilitadas para com a Central, podendo exercer todos os seus direitos políticos e plenamente restaurados em todas as instâncias da CSP-CONLUTAS, se cumpridas as seguintes exigências:

1. Reiniciar o pagamento de suas mensalidades a partir do mês de abril do ano de 2019, de acordo com o disposto no artigo 39, inciso 1, a saber: “Entidades com personalidade jurídica e arrecadação regular (sindicatos, federações, confederações, associações de classe, entre outras), pagarão mensalmente à CSP-CONLUTAS o valor correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação global mensal”. As entidades, organizações ou movimentos que se enquadram nos incisos 2 e 3 na seqüência desse mesmo artigo, não estão abrangidas por essa resolução;

2. Reconhecer seus débitos com a CSP-CONLUTAS, que os considerará como “Dívida Ativa”. A entidade beneficiada se compromete, na medida da restauração de sua saúde financeira, propor um plano de quitação e/ou amortização dessa dívida ativa, sem prazo previamente estipulado.

3. Manter cadastro atualizado de sua situação administrativa e organizacional e contribuir com o percentual de 5% sempre que houver algum aporte especial ou oriundo de ações jurídicas que a entidade se beneficie, ainda que eventualmente.

4. Para cada entidade enquadrada na situação aqui apresentada será firmado um Termo de Adesão e Compromisso.

5. Considerando que a Coordenação Nacional é a direção política da CSP-CONLUTAS, e uma das tarefas dessa instância é conhecer e debater a questão das finanças da central é necessário que: a) nossos sindicatos e oposições tenham essa mesma postura em relação às suas finanças, ou seja, de publicação das contas para a base das categorias e, b) na próxima reunião da Coordenação Nacional e na Secretaria Executiva Nacional seja apresentada a real situação de finanças das entidades filiadas em relação à Central.

São Paulo, 05 de maio de 2019.

Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS

3. Conjuntura Nacional e atividades

Previamente ao debate de Conjuntura foi apresentado um vídeo sobre 1º de maio e sua história de luta no Brasil. A abertura dos debates foi feita pelo companheiro da Secretaria Executiva Nacional, Atnágoras Lopes. O debate apontou as principais tarefas da CSP-CONLUTAS para o próximo período, principalmente o de fortalecer a greve nacional da educação no dia 15 de maio e convocar e participar ativamente da Plenária Nacional de Preparação da Greve Geral chamada para o próximo dia 18 de maio, em São Paulo, buscando também a realização de plenárias semelhantes nos estados e regiões, dentro do esforço de impulsionar a mobilização para a Greve Geral no dia 14 de junho. Fruto desse debate e das discussões ao longo da reunião, no domingo (05/05), foi votada a resolução sobre o tema que segue abaixo:

Dia 14 de junho é Greve Geral para derrotar a Reforma da Previdência de Bolsonaro. Construir a Greve Nacional da Educação, em 15 de maio como esquentada da Greve Geral

No dia 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, foi anunciado o chamado à realização da Greve Geral contra a Reforma da Previdência para o dia 14 de junho.

Destacamos a importância dessa convocação ter ocorrido em atos unitários, que envolveram cerca de 200 mil trabalhadores de nosso país, mobilizados unitariamente por 10 centrais sindicais brasileiras. Indiscutivelmente, uma vitória que apontamos como tarefa central desde nossa última Coordenação Nacional.

15 de maio - A CSP-Conlutas terá como papel fortalecer a Greve Nacional da Educação no interior da categoria e por meio da solidariedade dos demais trabalhadores. Dessa forma, vamos buscar transformar o dia 15 de maio em impulsionador da Greve Geral de 14 de junho.

18 de maio – Diante disso, construir a Plenária Sindical e Popular para preparar a Greve Geral, convocada inicialmente pelo Sindicato dos Metroviários de São Paulo, é uma atividade prioritária!

É necessário centrarmos nossas forças na preparação da Greve Geral. Não podemos perder de vista que estamos tratando de um governo de ultradireita, com forte presença das Forças Armadas em seu primeiro e segundo escalão, fato que ameaça nossas liberdades democráticas e impõe a criminalização das lutas e das lideranças.

Crise econômica: ofensiva ultraliberal e ultraconservadora de Bolsonaro encontra resistência e disposição de luta dos trabalhadores

Um governo de ultradireita e ultraconservador que desfecha ataques ferrenhos à educação, às entidades de representação da classe ao tentar estrangulá-las financeiramente, que estimula as concepções conservadoras de vida como o racismo, machismo e LGBTfobia. Estamos diante do aumento de 75% do número de feminicídios, em relação ao mesmo período do ano passado, e o governo fala que “quem quiser vir ao Brasil transar com uma mulher, tudo bem; mas que o país não pode é virar paraíso de gays”. Contra o acampamento indígena “Terra Livre”, em Brasília, Bolsonaro acionou a Força Nacional de Segurança e, logo depois, defendeu publicamente que “fazendeiro que atirar para defender sua propriedade não será punido”. Alegando “balbúrdia”, o MEC decidiu cortar primeiro o orçamento de 30% em três universidades que, segundo o ministro, promoveram atos com personalidades de esquerda e agora estender este corte para o ensino superior como um todo e para o ensino básico.

Nesse período temos assistido, também, a obsessão do governo, e principalmente do ministro da Economia Paulo Guedes, em privatizar tudo. Petrobrás e Correios são as empresas públicas mais atacadas no momento e tornaram-se prioridade do governo para vendê-las e/ou destruí-las. Isso após a já consumada entrega da Embraer para Boeing. Pré-sal, refinarias, campos terrestres e ativos da Petrobrás são oferecidos ao mercado como se nada tivessem a ver com a soberania de nosso país. Tudo é feito sob a continência do atual presidente do Brasil à bandeira norte-americana. Como carro-chefe, a Reforma da Previdência. Tudo isto para seguir a sangria do pagamento da dívida pública aos banqueiros internacionais.

Contudo, também precisamos ordenar nossas análises e ações partindo do fato de que o país segue mergulhado numa forte crise econômica, que piora as condições de vida do nosso povo e, portanto, impõe a necessidade de intensificarmos a luta e o enfrentamento unitário contra essa situação.

As respostas de nossa classe contra Bolsonaro e suas ofensivas conservadoras, além das mobilizações que culminaram no 1º de Maio unitário e na convocação da Greve Geral, têm sido, ainda que fragmentadas, imediatas e importantes contra casos de machismo, lgbtfóbicos, racistas ou contra os nossos povos originários, mas também em categorias como metroviários de São Paulo em preparação de greve, os setores da educação com a greve nacional marcada e mesmo caminhoneiros.

O papel das direções e construção da Greve Geral

Não há o que negociar nessa Reforma da Previdência. É necessário e possível derrotá-la com a Greve Geral do dia 14 de junho. Precisamos repetir e potencializar a experiência da Greve Geral de abril de 2017 que derrotou a Reforma da Previdência de Temer e evitar desmontes como o ocorrido na Greve Geral convocada e desmarcada pelas cúpulas das centrais em junho do mesmo ano.

Qualquer dirigente ou organização que insistir em “reformular essa reforma” estará traindo os interesses de nossa classe e assim deveremos denunciar. Nossa Central seguirá vigilante!

Partindo da valorização do anúncio unitário das centrais sindicais de convocação do dia 14 de junho, devemos exigir que todos construam nas bases, nas categorias, nos bairros e locais de estudo essa greve.

Fortalecer a Greve Geral por baixo, ampliar a Frente Única de ação, unificar os movimentos urbano e rural, sindical, popular, estudantil e de luta contra as opressões, todos rumo à Greve Geral. É nesse contexto e espírito que

devemos empenhar os esforços da CSP-Conlutas e seguir afirmando nossa Central como alternativa de direção para o movimento de massas e suas lutas.

Vamos organizar plenárias de caráter sindical e popular em nível nacional, estadual e regional. Junto a essas iniciativas devemos seguir e intensificar a explicação dos ataques dessa reforma da Previdência nas bases e centros de concentração popular, nos utilizando de cartilhas, cartazes, adesivos, vídeos, palestras, atos públicos, nossas produções e instrumentos nas redes sociais e com a coleta do abaixo-assinado. Onde for possível devemos organizar comitês contra a Reforma da Previdência.

Na luta pela construção e realização da Greve Geral seguiremos participando de iniciativas unitárias como o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos direitos e pelas liberdades democráticas, o Brasil metalúrgico, o fórum dos servidores de São Paulo, Fonasefe, fóruns de trabalhadores das estatais e outros espaços semelhantes.

Precisamos denunciar com veemência todos os deputados que assumem ser a favor dessa reforma, começando por Rodrigo Maia e Rogério Marinho. Colocar a cara deles em postes e outdoors pelo país afora será parte de nossos instrumentos de luta na defesa de nossas aposentadorias, benefícios e da Seguridade Social como um todo.

É possível e necessário derrotar essa reforma!

Nossas tarefas e calendário de lutas à serviço da construção da Greve Geral

1. Realizar, desde já, assembleias em todas as estruturas das bases da Central para debater e deliberar sobre adesão, preparação e participação na Greve Geral de 14/6;
2. Convocar, fortalecer e participar da Plenária Nacional de Preparação da Greve Geral chamada para o próximo dia 18 de maio, em São Paulo, buscando também a realização de plenárias semelhantes nos estados e regiões;
3. Ampliar a Frente Única para lutar e construir a Greve Geral;
4. Assumir, com ativa militância, a construção do dia 15 de maio como a Greve Nacional das trabalhadoras e trabalhadores da Educação e com o chamado para transformá-lo como “esquenta” para a Greve Geral de 14/6;
5. Nossa intervenção se manterá guiada pela independência de classe e nossa inteira autonomia, liberdade de expressão e crítica;
6. Fortalecer o fórum das centrais com o objetivo de construir a Greve Geral;
7. Convocar plenárias sindicais e populares nos estados, regiões ou municípios;
8. Continuar a coleta de assinaturas do abaixo-assinado contra a Reforma da Previdência e definir, em acordo com as centrais, a meta, centralização e entrega das assinaturas;
9. Intensificar, ainda mais, a campanha de denúncias contra todos os deputados que se definem favoráveis à Reforma da Previdência com impressão de cartazes por estado e onde for possível com outdoors.
10. Ser parte ativa das mobilizações das universidades e demais instituições federais contra os cortes violentos do governo Bolsonaro à educação.
11. Para nossa agitação, reiteramos a validade do programa aprovado na última RCN, realizada em 22 de fevereiro de 2019, que segue abaixo:

Programa da Coordenação de Fevereiro:

- Em defesa do emprego: Por um plano emergencial de geração de emprego, com direitos e salário digno;
- Revogação da Reforma Trabalhista e da lei das terceirizações; defesa do Ministério do Trabalho e Não a Carteira de Trabalho “verde-amarela”, sem direitos;
- Contra as privatizações; reestatização, sem indenização, das empresas privatizadas pelos governos anteriores; contra a Privatização da Petrobrás, Correios, Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e demais estatais;
- Defesa da valorização dos serviços e servidores públicos; pela realização de mais concursos públicos e defesa da estabilidade do funcionalismo federal, estadual e municipal;
- Em defesa dos povos nativos: Proteção aos povos originários e sua cultura; em defesa da demarcação de todas as terras indígenas e titulação de todas as terras quilombolas;

- Reforma agrária, sem indenização do latifúndio ou agronegócio e com controle dos trabalhadores; defesa do fortalecimento com financiamento público, assistência técnica e política de infraestrutura e comercialização para a agricultura familiar;
- Não à criminalização das lutas e dos lutadores: Pela revogação da atual lei “antiterrorismo” e contra a tentativa de seu aprofundamento com a tipificação deste crime para as lutas por terra e moradia; pelo direito a autodefesa; lutar não é crime; lutar é um direito;
- Revogação imediata da LC-95 e retomada dos investimentos em Saúde, Educação, Moradia e Saneamento básico;
- Em defesa das liberdades democráticas; pelo direito de organização, manifestação e greve;
- Contra a Escola sem Partido, por uma Escola sem Mordada; incorporar-se e fortalecer as ações e comitês;
- Suspensão e auditoria imediata do pagamento da dívida pública;
- Não à corrupção: Punição e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores;

- **Outras resoluções também aprovadas no domingo:**

RESOLUÇÃO SOBRE VENEZUELA

REPUDIAMOS A TENTATIVA DE GOLPE MILITAR E REPRESSÃO DO REGIME NA VENEZUELA!
NEM MADURO, NEM GUAIDO/TRUMP!

Está em curso uma tentativa de golpe militar, convocada por Guaidó, pelos partidos patronais da Assembleia Nacional e patrocinado por Donald Trump e os Estados Unidos.

Um setor militar libertou Leopoldo López, que estava preso em regime domiciliar, e se colocou na frente da base aérea de Carlota em Caracas. De lá, estão convocando as pessoas para saírem às ruas e exortando a outros setores militares a se pronunciarem contra Maduro.

Repudiamos essa tentativa golpista que, aproveitando do rechaço popular ao governo Maduro que patrocina a fome e a repressão no país, pretende instalar um governo pró-imperialista que devolva o poder a velha oligarquia do país. Isso não trará nenhuma solução aos graves problemas sociais que vivem o povo trabalhador e os setores populares.

Nosso claro repúdio ao golpe militar de Guaidó não significa dar respaldo político ao governo de Nicolás Maduro. Também repudiamos a repressão contra o povo e suas manifestações e Repudiamos a política repressiva do governo que gera fome ao povo. Repudiamos a falta de liberdades democráticas do governo autoritário (ditatorial) de Nicolas Maduro.

Consideramos que deve ser o povo mobilizado de forma independente que deve tirar Maduro e não um golpe militar patrocinado por Trump. Lutamos por uma mudança profunda, mas cremos que esta mudança deve ser imposta pelo povo e pelos trabalhadores mobilizados nas ruas do país. Lutamos por um governo de trabalhadores que impulse um plano econômico popular de emergência que contemple um aumento dos salários igual a cesta básica, por petróleo 100% estatal, sem multinacionais nem empresas mistas e pela suspensão do pagamento da dívida externa. Mas, não endossamos um golpe militar.

A CSP Conlutas repudia a tentativa de golpe militar pró-estadunidense.

A CSP-Conlutas apoia a construção de uma alternativa independente da classe trabalhadora e dos setores populares contra Maduro e Guaido/Trump

4. Substituição na Secretaria Executiva Nacional

Foi dado informe e ratificado o nome do companheiro Érico Correa do Sindicaixa/RS que passa a integrar a Secretaria Executiva Nacional em substituição a Neida Oliveira do CPERS. Para seu ingresso na SEN, Érico renúncia do seu cargo de membro suplente do Conselho Fiscal, conservando o caráter autônomo, independente e imparcial do Conselho Fiscal para analisar, julgar, aprovar ou não as contas da Entidade.

5. Relatórios dos Setoriais

TRANSPORTE

Estavam presentes 10 companheiros ligados ao setor, motoristas de ônibus de São Paulo, metroviários de São Paulo, servidor federal.

1- Aprovamos uma Campanha de solidariedade aos trabalhadores da empresa Paraty de Araraquara, interior de São Paulo. Na última sexta-feira foram demitidos por justa causa 18 motoristas sendo informados na madrugada via motoboy, com o argumento de “incitar a greve”. O grupo União Motô paralisou depois das demissões a garagem na sexta-feira e também o terminal de ônibus da cidade. A empresa demitiu mais 60, depois recuou. Os trabalhadores foram à porta da prefeitura pedir apoio ao prefeito do PT, porém ele se recusou ouvir os trabalhadores.

Nova assembleia ocorrerá na semana que vem.

Pedimos apoio dos sindicatos da CSP-Conlutas e de todo o movimento sindical contra este absurdo.

2- Os metroviários de São Paulo na sua campanha salarial lançaram um colete vermelho com a parte frontal do colete com o slogan Contra a Reforma da Previdência obtendo grande apoio popular, que está servindo de referência para o movimento sindical.

Além disso, a assembleia dos metroviários aprovou o dia 18 de maio, sábado à tarde, uma Plenária Nacional do movimento sindical e popular para preparação da Greve Geral agora chamada pelas centrais para o dia 14 de junho. A CSP-Conlutas esteve na linha de frente destas orientações e se soma a esta iniciativa e chamam seus sindicatos, oposições, movimentos populares e estudantis para esta plenária.

3- Nos solidarizamos com os trabalhadores caminhoneiros autônomos e contratados na sua luta diária pelos seus direitos e pela sua sobrevivência, que entra na luta pela redução do preço do diesel, aumento do frete e a garantia do frete mínimo, e pela redução dos custos dos pedágios e taxas. A luta dos caminhoneiros fez que o governo cedesse alguns itens, porém a situação dos caminhoneiros está cada vez mais difícil pela pressão de aumento do combustível, ligado diretamente aos interesses privados dos grandes acionistas da Petrobrás, pressão para redução do frete pelos monopólios do agronegócio, além de diversos setores intermediários privados que oneram os caminhoneiros via seguro, taxas, pedágios etc.

4- Denunciamos a renovação antecipada por agora dos contratos de concessão das ferrovias de carga que estavam previstas para 2026 e 2028. As concessionárias inadimplentes recebem novamente o patrimônio nacional para exploração por mais trinta anos, agora em condições contratuais mais benéficas para o setor empresarial do que quando foi no governo FHC.

Esta antecipação de forma alguma foi transparente ou teve participação da sociedade e entra no rol de todos os processos licitatórios duvidosos.

5- Reafirmamos a campanha pela manutenção da segunda função dentro dos ônibus, conhecido por “cobrador”, ameaçada nas diversas cidades do país como em São Paulo.

6- Todo apoio à greve dos metroviários do DF que estão lutando pelos seus direitos.

7- Parabenizar a vitória nas últimas eleições dos metroviários de PE onde a CSP-Conlutas compôs com a CTB e independentes, derrotando a chapa da CUT.

8- Parabenizar os eleitos nas CIPAS nas garagens de ônibus de São Paulo que se elegeram com o nome da CSP-Conlutas.

9- O setorial se compromete a escrever para o site da CSP-Conlutas nacional na parte do transporte para que todas estas informações sejam de conhecimento geral e possam ajudar a incentivar o trabalho no setor.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Propostas

1. Reforçar o calendário contra a Reforma da Previdência na base do serviço público: 15 de maio: greve da Educação; 14 de junho Greve Geral; Plenária Nacional dos Metroviários em SP em 18.05;

2. Organizar Fóruns dos SPF's nos Estados para ajudar a fortalecer a construção da Greve Geral;

3. Participar das reuniões das Centrais nos Estados para pressionar pela manutenção da Greve Geral. Envolver as centrais nas atividades dos servidores nos Estados;

4. Orientar as entidades a confeccionarem outdoors, cartazes, adesivos em uma campanha em Defesa dos servidores e do serviço público “Sem Servidor Público não há serviço público” e contra a Reforma da Previdência;

5. Fazer cartazes com a foto dos deputados e senadores que são a favor da reforma da previdência para colar nas cidades;

6. Unificar as lutas dos servidores federais do MTE (ME) Secretaria do Trabalho através de um Encontro Nacional Unificado, a ser realizado em São Paulo;

7. Que a CSP-Conlutas reivindique uma cadeira no Grupo de Trabalho do Ministério da Economia, no GPCOT (Grupo de Trabalho para a Defesa das Condições de Trabalho);
8. Disputar o os trabalhadores terceirizados nas nossas bases contra a reforma da previdência;
9. Fazer pressão no Aeroporto de Brasília contra os juízes do STF no dia 13.06 por ocasião da retomada do julgamento da data-base dos SPFs;
10. Campanha em Defesa da Previdência com o slogan “Somos todos trabalhadores, Todos lutaremos por nossa Aposentadoria”;
11. Enviar Carta ao FONACATE para dialogar sobre a necessidade de não negociar emendas na Reforma da Previdência;
12. Que a CSP-Conlutas continue construindo nos Estados o Fórum Sindical e Popular da Juventude em Defesa dos direitos e das Liberdades democráticas;
13. Intensificar a luta contra a MP 873 que ataca os sindicatos e os movimentos sociais;
14. Conclamar os companheiros do INSS para a luta, pois estes serão prejudicados com a Reforma da Previdência.

CORREIOS

Nas semanas que antecederam esta Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS, alguns dos sindicatos dirigidos, ou co-dirigidos pela orientação da nossa central estiveram envolvidos nas eleições sindicais nas suas bases. Portanto o número de representantes nessa reunião está reduzido, porém sem prejudicar o debate, nem tampouco os encaminhamentos necessários para o enfrentamento às demandas da conjuntura que nos envolve. Estiveram presentes as bases de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo.

Pautamos Informes, MP873, o anúncio do estudo para a Privatização dos Correios e nossas ações diante da Reforma da Previdência.

Na última Reunião da Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS o setorial de Correios resolveu que seria imprescindível que fizéssemos um esforço de tencionar para que a FENTECT (Federação Nacional dos Correios) para que fosse realizado um CONSIN (Conselho de Sindicatos) para debatermos a decisão do TST de convocar a empresa e os sindicatos a debater a possibilidade de cobrança de mensalidades que poderão chegar ao valor de R\$1700,00 por dependente (pai e mãe). A reunião proposta aconteceu, porém com um caráter diferente do que pretendíamos, se atendo à discussão acerca do CONREP (Conselho dos Representantes). Portanto ainda não temos um plano de ações para a resolução dessa demanda, sendo necessário esperarmos justamente pelo CONREP para aprofundarmos o tema.

Quanto ao CONREP. Dado que a MP873, somada aos impactos da Reforma Trabalhista, vem comprometendo as finanças da federação, nos deixando preocupados sobre a possibilidade de concretizar o evento. A empresa suspendeu os repasses dos sindicalizados aos sindicatos através da deliberação da MP873, e mesmo aqueles sindicatos que entraram com pedidos na justiça para a manutenção do repasse que tiveram êxito nos mandados de segurança e liminares, estão sendo negligenciados, a empresa não está cumprindo a determinação da justiça. Consideramos que não organizar qualquer fórum de trabalhadores uma derrota. Por isso resolvemos que:

- Os sindicatos devem garantir a construção do CONREP, independentemente das manobras da ECT em tentar desarticular os sindicatos e a federação.
- Precisamos organizar campanhas financeiras, campanhas de esclarecimento político sobre o tema, e utilizarmos as mídias sociais para divulgar nossas ações à categoria.
- Caso o CONREP, nos moldes que o concebemos, seja comprometido, temos que tomar medidas para que em especial as oposições, que têm maior dificuldade para arrecadar fundos, sejam garantidas para o fórum através dos sindicatos que dirigimos. Inclusive se os sindicatos tiverem condições de garantir apenas dois dirigentes, que se opte por financiar a ida de ativistas das oposições.
- As experiências de construção da Pauta de Reivindicações na base surtiram efeitos muito positivos. Nas bases que dirigimos é importante propor para a categoria que façam sugestões de adesão, supressão e alterações na pauta de reivindicação que será debatida no CONREP.
- Sugerimos aos dirigentes dos sindicatos e aos ativistas das oposições que se esforcem para a realização de reunião (mesmo que virtual) logo após a retirada de todos os delegados para o CONREP.

Quanto à MP873, dado o seu conteúdo nefasto, resolvemos:

- Somos contrários a medida provisória MP873;
- Visitar as unidades de trabalho para arrecadação in loco dos valores referentes ao repasse que a ECT deixou de realizar no mês corrente. Para tanto foi sugerido até que fosse adquirida uma máquina de débito e crédito;
- Deveremos, a exemplo da carta elaborada pelos dirigentes de SC, elaborar cartas e material midiático para esclarecer a categoria sobre os impactos da MP.

Quanto ao anúncio do estudo para a Privatização dos Correios da equipe de governo, que não anunciou que faria um estudo para a melhoria das condições de trabalho ou de qualquer renovação operacional ou estrutural. O discurso da equipe do governo incluía “abertura de capital” dado que desde que foi sancionada a Lei 12.490/11, a ECT passou a operar como uma Sociedade Anônima. Salientamos aqui que, em análise rápida, identificamos que a zeladoria dos Correios é feita por uma empresa privada, as agências franqueadas não são dos Correios, alguns carros da frota são de propriedade de empresa privada, que muitos motoristas são terceirizados, os MOT e MOI são funcionários de empresas privadas, alguns dos aviões não são dos Correios, o Plano de Saúde não é mais administrado pelos Correios, a CORREIOSPAR está em operação e serve de suporte para a terceirização de áreas estratégicas da empresa, o projeto Correios 2020 já anunciava o caminho da privatização, o Grupo de Trabalho Interministerial tinha a privatização por objetivo, sendo que há apenas três setores principais e um quarto secundário que permanecem administrados pela União, Distribuição e Coleta, Atendimento e OTT, sendo que o quarto setor acaba sendo o administrativo. Disso depreende nossas resoluções, quais sejam:

- Fomentar a criação de Comitês contra a Privatização, inclusive em parceria com os trabalhadores do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás;
- No CONREP exigir que sejam formados os Comitês em cada base sindical do país;
- Elaborar vídeos contra a privatização com cada ativista presente nesta Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS, bem como demais materiais midiáticos pertinentes;
- Que a CSP-Conlutas e sindicatos filiados elaborem materiais Contra a Privatização dos Correios.

Quanto à Reforma da Previdência, devemos correr as bases no dia 15 de maio para coletarmos o máximo de assinaturas no abaixo-assinado contra a Reforma. Para o dia 14 de junho propor assembleias para a deflagração de um dia de paralisação.

EDUCAÇÃO

O setorial da educação discutiu dois pontos de pauta:

- a) Organização e construção do dia 15/05 e 14/06.
- b) Balanço inicial do III ENE 2019.

Os violentos cortes que o governo Bolsonaro fez à educação na última semana se combinam com o conjunto de ataques que os governos fazem à educação nos Estados e municípios (baixos salários, escassez de concursos, precarização de trabalho, terceirização, perseguições políticas, ingerência na autonomia pedagógica e aplicação do projeto de militarização das escolas)

A luta contra a Reforma da Previdência é o potencializador que mobiliza a educação, que já demonstrou sua disposição de luta este ano com paralisações e por isso é central seguir o calendário de 15/05 e 14/06

a) Sobre o dia 15 de maio e 14 de junho, foi discutido e encaminhado os seguintes pontos:

1. Orientação às entidades e setores da CSP-Conlutas de que o dia 15 de maio é um dia Nacional de Luta e apoio à Greve Geral da Educação, rumo a Greve Geral da classe trabalhadora dia 14 de junho;
2. Que ocorra articulação pelos estados de Reuniões/plenárias com todos os setores ligados à educação pública para construção do 15 de maio e 14 de junho;
3. Incorporar os dias 08 e 09 de maio no processo de mobilização em defesa das Ciências e Tecnologia e denúncias contra o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) e da EC 95/2016;
4. Construção do 15 de maio pela base. Impulsionar e aprovar nas assembleias locais o calendário 15 de maio e 14 de junho;
5. Divulgar nas redes sociais propaganda do dia 15 M e 14 J;
6. Confecção de cartaz chamando à greve da educação dia 15 M rumo ao 14 J;

7. Impulsionar o abaixo assinado nas visitas as escolas junto aos profissionais da educação e responsáveis de alunos.
8. Que a CSP-Conlutas faça um chamado público e amplo para as grandes centrais sindicais para que se solidarizem aos professores no dia 15 de maio, Dia de Luta Nacional da Educação, convocando em todas as categorias paralisações, atos, assembleias junto a luta da educação, preparando um forte dia 14 de junho.

b) III ENE 2019:

- O III ENE aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de abril;
- Resultou numa carta do III ENE e Plano de Lutas por consenso;
- A importância da centralidade da carta:
 - Contra a Reforma da Previdência
 - Construção da Greve Geral
 - Participar da Greve Geral da Educação no dia 15/05
- Defesa de um projeto classista e democrático para a educação.

INTERNACIONAL

1 - Informe sobre a Associação “Outros Brasis” da França: Glauber que é brasileiro, há 10 anos na França é da direção da associação “Outros Brasis” desde 2002. E traduz artigos para divulgar na França. Realizam palestras, eventos de esquerda sobre Brasil.

Nos últimos meses estão atuando mais forte e inclusive organizaram um ato com 3mil pessoas do #EleNao e se articulam com outras associações e ONGs e centrais.

Farão uma campanha no 2º semestre em defesa de ativistas e entidades que são perseguidas e sofrem ameaça de morte no Brasil.

Organizarão um Observatório da Democracia (tradução das lutas e campanhas que estão ocorrendo no Brasil).

A Associação Outros Brasis tem site, atua nas redes sociais e organizam eventos todos os meses. Sempre lançam notícias na imprensa francesa.

Querem trabalhar juntos com a central para divulgar as lutas no Brasil. O setorial tem acordo em estruturar esse trabalho conjunto.

2 - Informe mundo árabe: No dia 15 é o Nakba e a ideia é fazer uma atividade em São Paulo. Houve novos ataques de Israel a Gaza, expressaremos nosso repúdio aos ataques de Israel e nosso apoio aos direitos do povo palestino.

Está em curso um processo revolucionário na Argélia e Sudão. Enviamos uma solidariedade ao Sudão e Solidaires da França, que está em contato com sindicalistas da Argélia.

3 - Cesare Battisti (Informe Magno): Cesare está cumprindo prisão perpétua em presídio de segurança máxima. A Prisão perpétua tentará ser reduzida para uma pena de 30 anos. Magno escreveu um artigo sobre a questão da confissão de Cesare, importante que os ativistas leiam. Está no site da central. Seu próximo livro no Brasil será lançado nos próximos meses.

4 - ANIV: Presente em Roraima, Manaus e São Paulo. Em 29 de maio terá um site e 26 de julho espaço para empregos de imigrantes.

É um desafio para tratar com os imigrantes pela confusão sobre como Maduro se diz de esquerda e estes repudiam por conta dos ataques do governo.

Irão produzir um documentário a partir de junho sobre a situação da Venezuela e dos imigrantes no Brasil.

5 - Convite para simpósio internacional sobre os 100 anos da Internacional Comunista (1919 - 2019) em 16 a 18 de outubro a FFLCH USP. O Setorial propõe divulgar o evento nas redes da CSP-Conlutas e montar uma banca no evento.

6 - Encontro Internacional do Conesul de trabalhadores da educação superior e pesquisa: A partir de uma reunião internacional no III ENE (de 12 a 14 de abril de 2019) saiu a ideia de um Encontro internacional de ensino superior e pesquisa do Conesul (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia) no final de março de 2020 e também convidar outros países como França e México. Proposta que seja em Foz do Iguaçu. E construir uma passeata internacional da educação após o fim do encontro. O ANDES-SN está tocando a atividade.

NEGRAS E NEGROS

PARTICIPANTE: QRC (RJ, MG, SP), Quilombo Brasil /SP- O3, Sindsef-SP, ADUFMT-ANDES, SEDUFSM-ANDES, SINTUFF, Base SEPE-RJ, Opos. Sindsprev /RJ e MG, Apeoesp Guarulhos, Apeoesp/São Miguel, Sindicato dos Municipários/RN.

PAUTA:

- 1) Conjuntura Política Negra e os Impactos da Reforma da Previdência para a população Negra sobre pessoas trans cisgênero Negras;
- 2) Informes das Entidades/Movimentos e Estados;
- 3) Resoluções

CONSIDERANDO

Neste cenário de 100 dias do governo Bolsonaro aonde recrudescer os ataques a classes trabalhadora, o racismo, o machismo e a LGBTfobia, concluímos que nestes mais de 500 anos os negros e indígenas vem sofrendo um verdadeiro genocídio, e o estado brasileiro com os avanços da política neoliberal do estado mínimo para o povo pobre vem negando as reivindicações da classe trabalhadora nas políticas públicas mais necessárias a sobrevivência do povo negro (trabalho, educação, saúde e moradia). E, a reforma da previdência proposta vem no sentido de aprofundar as demandas já insuficientes, com os ataques ao “Tripé da Assistência Social – Saúde, Previdência e Assistência Social” aonde sabemos que a população mais necessitada e usuária é a classe trabalhadora negra e a população pobre negra que está à margem do mundo do trabalho, o fim da universalidade da saúde (SUS) e do BPC-Benefício de Prestação Continuada proposto na Reforma de Bolsonaro expressa o caos a estes setores, em especial as mulheres negras e LGBTs – A aposentadoria já é uma realidade distante para muitos negros e negras, que estão nos trabalhos mais aviltantes, seja no campo ou na cidade, com esta Reforma da Previdência, esta possibilidade nem existirá mais para a maioria da população.

Diante disto temos que organizar os comitês populares, nos sindicatos, associações de bairros, escolas, praças, rádios comunitárias, etc. afirmando o corte racial e de gênero, buscando conscientizar e informar ao máximo a classe e a população nos contrapondo a massiva informação da mídia oficial dos governos e para que a central possa enraizar-se nos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora, e por tanto estamos juntos construindo um forte dia 15 de maio e o dia 14 de junho. E dentro deste calendário de luta o Quilombo Raça e Classe e o Quilombo Brasil estarão seguindo na Campanha Nacional pela Reparação Histórica ao povo negro e contrapondo-se a farsa da abolição que levou até os dias de hoje a população negra e pobre em sua maioria garantido os seus direitos sociais, mais básicos e mínimos.

RESOLUÇÕES:

- 1- Neste 13 de Maio não temos nada a comemorar – Denunciamos a farsa da Abolição e seguimos lutando e exigindo “A Reparação histórica do Povo Negro no Brasil” – Este deve ser o norte das atividades no Mês de Maio da Central e suas entidades e movimentos filiados.
- 2- Todo apoio e a participação da CSP-CONLUTAS ao dia de luta no 13 de maio, contra a discriminação Racial no Comando Nacional do Fonasefe.
- 3- Que a Central e suas entidades filiadas fortaleçam o Dia 14 de Maio como Dia de Luta pela Reparação Histórica dos negros, unificando o debate de reparações dando visibilidade as mulheres e LGBTs negras; E o lançamento da Campanha aprovado no Encontro Nacional do Quilombo Brasil, realizado no Maranhão nos dias 21, 22 e 23/04/19, contra o Genocídio e pela Apuração do assassinato de Marielle e Anderson e prisão dos Mandantes.
- 4- Apoiamos a participação e o fortalecimento da classe trabalhadora e da população negra no **dia 15 de Maio – greve nacional da educação e 14 de Junho dia da greve geral.**
- 5- Que a CSP-CONLUTAS e suas entidades e movimentos discutam participar do Ato dia 19/05 na Av. paulista Contra o Genocídio da População Negra.

- 6- Que a SEN e o GT internacional avaliem a possibilidade de participação na OEA de representação da CSP-Conlutas e ou de entidades e movimentos da central para participar no dia 09/05 em reunião a se realizar na Jamaica sobre o Projeto Anticrime do Sérgio Moro.
- 7- Importante que a Central e suas entidades tenham a preocupação e o cuidado de aprofundar o corte racial nos sites e publicações sobre a Reforma da Previdência, entendendo que estes são os setores da sociedade que serão mais profundamente penalizados.
- 8- O setorial de Negros solicita ao Setorial LGBT da Central, uma reunião para que possamos discutir uma pauta de transnegras.
- 9- Todo apoio a greve nacional da educação de 15 de maio de 2019 e as suas reivindicações do Setorial de Educação – em especial (a defesa das liberdades democráticas, e das cátedras nas escolas e universidades! Abaixo Racismo, Machismo e a LGBTfobia! Contra a escola Sem partido! – Contra a Militarização e a Violência! Fora PM das Escolas) – Reivindicamos também - Contra o BNCC e pela inclusão nas escolas da lei 10.639 e 11.650/08 – Disciplinas de histórias étnico-raciais que estão sendo proibidas no espaço escolar desde o ensino básico ao ensino superior – Luta sem trégua em defesa do Acesso e Permanência e garantia de Cotas Raciais e Pessoas Trans nas Universidades Públicas que estão sendo neutralizadas pelo MEC.
- 10- Que o setorial de negras e negros possa aprofundar e elaborar sobre a questão indígena e quilombola para melhor resistir a ofensiva dos governos e do agronegócio.
- 11- Que a Central e os sindicatos incentivem e apoiem o uso dos profissionais da Arte dos Grafiteiros do Quilombo Brasil na luta Contra a Reforma da Previdência.
- 12- Que a CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos fortaleçam e divulguem a realização das conferências Estaduais de organização e planejamento do Quilombo Raça e Classe 2019, a se realizarem até o mês de julho/2019 iniciando no Rio de Janeiro dias 25 e 26 de maio/2019.

MULHERES

1. Informes das categorias e movimentos
2. Reforma da previdência e organização das mulheres pra construir a greve geral

Considerando que:

- As mulheres trabalhadoras serão as mais prejudicadas pela reforma da previdência em todos os seus aspectos;
- Que a reforma da previdência não considera e aprofunda a dupla jornada das mulheres;
- Que setores como educação e trabalhadoras rurais perderão a aposentadoria especial.

O setorial de mulheres resolve:

- Escrever dois artigos que explicitem os pontos de ataque as mulheres trabalhadoras;
- Solicitar a imprensa um viral de convocação da greve geral a partir da demanda das mulheres trabalhadoras, assim como re-compartilhar os materiais já produzidos pela central com essa temática;
- Gravar um vídeo do setorial de convocação da greve geral;
- Fortalecer todas as iniciativas que estão sendo realizadas pelas entidades na convocação e organização das mulheres trabalhadoras para a luta contra a reforma da previdência e para a construção da greve geral!

3. Sobre a PEC 29/2015 que inclui no texto da constituição a criminalização do aborto

Considerando que:

- O governo Bolsonaro e sua equipe atacam frontalmente os direitos democráticos dos setores oprimidos, em especial das mulheres;
- Que volta a tramitar na CCJ o projeto de lei que visa incluir no texto da constituição a proteção da vida desde a concepção, o que significa a criminalização do aborto mesmo nos casos já legalizados;
- Que milhares de mulheres morrem ou ficam com sequelas devido à prática de abortos clandestinos.

O setorial de mulheres resolve:

- Repudia e se colocar contrário a essa votação na CCJ, impulsionando um calendário de luta para impedir a votação desse projeto;
- Fazer um viral da central para veicular nas redes sociais a partir do início da semana;
- Buscar grupos de mulheres religiosas que se colocam na defesa da vida das mulheres e pela legalização do aborto para ampliar o debate e alcançar maior público;

- Que as entidades e a central participem das reuniões da frente pela legalização do aborto a fim de fortalecer a luta unitária sobre essa pauta.

4. Outros encaminhamentos

- Reforçar a exigência de justiça para Marielle e Anderson, incorporando em todas as nossas lutas e pautas.
- Apoio e participação na greve da educação em 15 de maio e construção da Greve Geral.
- Moção de repúdio a declaração de Bolsonaro que reforça a LGBTfobia e expõe as mulheres ao turismo e exploração sexual.
- Moção de repúdio a falta de política do governo Bolsonaro e dos governos estaduais ao alarmante crescimento dos casos de feminicídio e violência contra as mulheres.

Depois da votação dos relatórios dos setoriais foi apresentado um vídeo e realizado ato com o tema “13 de Maio não temos nada a comemorar” de denúncia da farsa da Abolição e de exigência e luta pela reparação histórica do Povo Negro no Brasil.

6. Moções

As moções aprovadas foram as seguintes:

MOÇÃO DE REPÚDIO AOS CORTES DE SALÁRIO E À CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOCENTE PELO GOVERNO RUI COSTA (PT) NA BAHIA

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas vem a público repudiar o corte de salário dos(as) professores(as) das universidades estaduais da Bahia em greve desde o dia 09 de abril de 2019.

A greve é um instrumento legítimo de luta da classe trabalhadora e o corte de ponto é um ataque à democracia e uma ação autoritária do governo Rui Costa (PT).

Não aceitaremos a criminalização do movimento docente! Todo apoio à greve das universidades estaduais da Bahia!

Rui Costa devolva os salários dos(as) professores(as) das universidades estaduais!

Para: governo do Estado da Bahia; SAEB; SEC; Assembleia Legislativa da Bahia.

MOÇÃO DE APOIO À GREVE DOCENTE DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas vem a público declarar apoio e solidariedade aos professores(as) das universidades do estado da Bahia.

O Fórum das Associações Docentes da Bahia – composto pelas seguintes seções sindicais do ANDES-SN: ADUFS, ADUSC, ADUNEB, e ADUSB – tentou garantir a abertura da mesa de negociação e a resposta do governo foi o contingenciamento do orçamento das universidades estaduais, a alteração, sem diálogo, do Estatuto do Magistério Superior e o desrespeito dos direitos trabalhistas.

Por tudo isso, em abril de 2019, o movimento docente das universidades baianas disse basta! Deflagraram uma greve em defesa da universidade, dos seus salários e dos seus direitos trabalhistas.

Em defesa das universidades estaduais da Bahia!

Todo apoio à luta docente!

Lutar não é crime!

Para: o comando de greve das UEBA

MOÇÃO DE REPÚDIO AOS CORTES DO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, IF E CEFET

A coordenação nacional da CSP-Conlutas vem a público repudiar os cortes no orçamento das instituições de ensino federal. O governo Bolsonaro, via Ministério da Educação, utiliza argumentos falaciosos e ataques ideológicos para justificar os cortes. Fazendo declarações sobre ideologia e sem apresentar dados concretos o MEC declarou guerra contra a educação pública.

O governo de extrema-direita também declarou guerra contra a ciência e a tecnologia públicas ao cortar investimentos nestes setores.

Repudiamos a criminalização e desvalorização da atividade docente pelo governo Bolsonaro! Repudiamos as ações e declarações do Ministro da Educação! Convocamos todos e todas a ocupar as ruas no dia 15 de maio, dia de greve nacional da educação!

Para: MEC, Ministério de Ciência, Tecnologia e Comunicações

MOÇÃO DE REPÚDIO A DECLARAÇÃO DE BOLSONARO QUE EXPÕE AS MULHERES BRASILEIRAS AO TURISMO SEXUAL!

No último dia 26 de Abril o presidente Bolsonaro fez a seguinte declaração “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora não pode ficar conhecido como o paraíso do mundo gay aqui dentro”.

Nós repudiamos essa declaração assim como toda a postura desse governo e sua equipe em relação aos direitos das mulheres. A declaração do presidente reforça a LGBTfobia que mata 1 pessoa LGBT no país a cada 27 horas e impõe as pessoas trans a expectativa de vida de 35 anos.

Essa declaração também reforça o machismo e o racismo ao incentivar o turismo sexual que, sabemos se apóia na exploração sexual de meninas e mulheres pobres e negras, em sua maioria.

Não ao turismo sexual e a exploração sexual de mulheres

Não a LGBTfobia!

Bolsonaro é inimigo dos setores oprimidos da classe trabalhadora!

MOÇÃO DE REPÚDIO AO MINISTRO CHEFE DA CASA CIVIL ONYX LORENZONI

Em razão das recentes declarações do ministro chefe da casa civil Onyx Lorenzoni, sobre a produção intelectual e a qualidade das atividades de pesquisa desenvolvidas na UFS (Universidade Federal de Sergipe), a Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, reunida em São Paulo nos dias 03 a 05 de maio de 2019, vem por meio desta repudiar energicamente tais declarações como absurdas e falaciosas. Tanto em relação aos números apresentados, quanto no que diz respeito aos princípios que norteiam, constitucionalmente, a universidade pública brasileira.

Uma universidade com mais de 1000 doutores em tempo integral, 30 mil estudantes, mais de 100 cursos de graduação, 54 programas de pós-graduação, sendo que quatro tem nota 5 (nota máxima) atribuída pela CAPES; 15 cursos de doutorado acadêmico, 17 de mestrado e 4 de mestrado profissional, todos com média 4, tendo a qualidade de seus trabalhos atestada pela sociedade sergipana. Uma universidade como essa não pode ser comparada com universidades particulares do estado de Sergipe e ser alvo de tão canhestro ataque por parte do ministro chefe da casa civil.

Portanto, a CSP-Conlutas vem repudiar publicamente esse desvairado ataque ao ensino público ao tempo em que faz propaganda do ensino privado.

MOÇÃO DE REPÚDIO A FALTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE AO AUMENTO ALARMANTE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA MACHISTA E FEMINICÍDIOS!

O Brasil ocupa há anos o 5º lugar em um ranking internacional de países onde mais se matam mulheres. Embora a violência machista tenha dados alarmantes em nosso país, é notório o aumento nesses números desde o início do ano para cá. Todas as semanas são noticiados nos meios de comunicação casos de agressões, estupros e feminicídios. Em alguns estados, como São Paulo, os casos dobraram nos 3 primeiros meses do ano, em comparação com o ano passado.

Esse aprofundamento da violência contra a mulher é fruto do aprofundamento da crise econômica que joga a classe trabalhadora, em especial as mulheres, no desemprego e na miséria.

Entretanto, também contribui de maneira direta a essa realidade a postura do governo Bolsonaro e sua equipe que reproduz o que há de mais retrógrado em relação aos direitos democráticos das mulheres e suas conquistas, já limitadas, na sociedade capitalista. Damares, ministra da mulher, família e direitos humanos ao defender que as mulheres sejam submissas dentro de casa, reforça impunidade e a exposição da mulher a violência doméstica.

Enquanto reforçam a ideologia de opressão machista, as mulheres seguem sendo assassinadas sem que o governo apresente qualquer projeto de investimento em políticas públicas que preserve a vida das mulheres.

Por isso repudiamos esse governo de ultradireita e reacionário que ataca os direitos das mulheres, assim como a falta de investimentos e políticas públicas que preservem a vida das mulheres.

Basta de violência e feminicídio!

Mais investimento em políticas para mulheres!

Por emprego e salários dignos!

MOÇÃO DE REPÚDIO A PRISÃO DOS CINCO(5) COMPANHEIROS DOS FÓRUMS E REDES DE CIDADANIA DE AMARI/MA

Os companheiros Alcion, José, Celino, Wanderson e Adriana foram preso(a)s por luta contra o cercamento de terras públicas na cidade de Amari –MA. Repudiamos de forma veemente a prisão do(a)s companheiro(a)s e exigimos a imediata libertação.

Lutar é um direito! Só a luta muda a vida! Lutar não é crime! Liberdade imediata dos presos de Amari – MA!

MOÇÃO DE REPÚDIO AO VETO DE BOLSONARO À DIVERSIDADE EM COMERCIAL DO BANCO DO BRASIL

Moção de repúdio ao ato de censura do presidente [Jair Bolsonaro](#) que vetou uma propaganda do [Banco do Brasil](#) que estimula a abertura de conta corrente por meio do aplicativo da instituição financeira e é marcado pela diversidade étnica racial, LGBT e da juventude dos personagens. O diretor de comunicação e marketing da estatal, Delano Valentim, foi afastado do cargo. No comercial, há mulheres Lésbicas e homens [negros](#), e uma pessoa [transexual](#). Além disso, muitos atores têm tatuagens e cabelos coloridos. Repudiamos de forma veemente o discurso heteronormativo da chamada família tradicional e religiosa da moral e dos bons costumes do presidente Jair Bolsonaro, seus filhos o vereador do Rio de Janeiro PSC-RJ Carlos Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro PSL – SP, da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do seu deputado de partido Alexandre Frota – PSL-SP, e de seu guru político-espiritual Olavo de Carvalho, que buscam negar a diversidade étnica, cultural e sexual da população brasileira, bem como estigmatizar pessoas com tatuagens e estilos de comportamento, como cortes e cores de cabelos.

MOÇÃO EM DEFESA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE COTAS PARA PESSOAS TRANSGÊNERAS (PARA AS TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E HOMENS TRANS) NA UFABC.

No dia 23 de outubro de 2018, o Conselho Universitário da UFABC Universidade Federal do ABC decidiu adotar políticas de cotas para pessoas transgêneras. A votação se consolidou com 32 conselheiros favoráveis e 2 abstenções, onde próximo edital, 1,5% das vagas serão destinadas a essas pessoas, com um total de 32 oportunidades. O Brasil é o país que mais matam pessoas trans no mundo. A Cada dois dias uma pessoa trans (travesti, transexual e homens trans) é assassinada (o) em nosso país fazendo que este grupo social tenha mais 95% de sua população sobrevivendo como trabalhadoras do sexo, uma escolaridade que não atinge o 7^o ano do ensino fundamental II, a expectativa de vida não atinge os 35 anos com cerca de 42% de sua população portadora do vírus HIV. Neste sentido, o exemplo dado pelo Conselho Universitário UFABC que deveria ser estendido para outras Universidades Públicas como um exemplo de política está tendo dificuldades de serem implementadas devido a nova política do MEC que pretende abolir as políticas afirmativa nas Universidades Públicas Brasileiras.

NOTA DE APOIO À GREVE DOS METROVIÁRIOS DO DF

A coordenação nacional da CSP-Conlutas declara total apoio aos companheiros metroviários do DF, que estão em Greve desde o dia 02/05/2019, assim como repudiamos o GDF e o governador Ibaneis Rocha (MDB) que, além de não cumprir o acordo coletivo vigente, tenta retirar direitos da categoria metroviária.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O MINISTRO DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

ABRAHAM WEINTRAUB que tenta acabar a autonomia universitária e barrar a aplicação de políticas afirmativas (cotas) negros, afrodescendentes, indígenas e de pessoas transgêneras no acesso à universidade pública.